

Estrutura do Processo para Restrições Involuntárias

Data: 15 de maio de 2.018

Subvenção: CEPF-100459

Beneficiário: Associação Quilombo Kalunga – AQK

*Nome do projeto: Use Geoprocessing in the Management of the Kalunga
Historic and Cultural Heritage Site*

**Local do Projeto: Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga – SHPCK, nos
municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de
Goiás, Estado de Goiás, Brasil**

Resumo da Subvenção

1. **Organização do beneficiário:** Associação Quilombo Kalunga - AQK.
2. **Nome da subvenção:** Use Geoprocessing in the Management of the Kalunga Cultural Heritage Site.
3. **Número da subvenção:** CEPEF-100459.
4. **Valor da subvenção:** USD \$ 189,885.00.
5. **Datas propostas para a subvenção:** 01/06/2018 a 30/11/2019.
6. **Países ou territórios onde o projeto será realizado:** Brasil, Estado de Goiás, municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.
7. **Resumo do projeto:** Este projeto será desenvolvido no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga – SHPCK, em uma área de 261.999,69 hectares e pretende ao final estar estruturado em um Sistema de Informações Geográficas –SIG com pessoas das Associações dos kalunga, capacitados a atualizar e utilizar o referido SIG para Realizar permanentemente a gestão ambiental, territorial, socioeconômica e cultural do SHPCK.
8. Nome, título, telefone e endereço de e-mail do pessoal do beneficiário responsável por este plano.

| NOME | CARGO | TELEFONE | E-MAIL |
|---------------------------|---|------------------------------|--|
| Vilmar Souza Costa | Presidente da AQK | 62 996464029 62 99689 | vilmarquiaki@yahoo.com.br |
| Sionilio Paulino da Silva | Presidente da AKCE | 5642 61 99656 | aqkalunga@gmail.com |
| Ester Fernandes de Castro | Presidente da AKT | 4669 62 99656 | esterinakalunga@yahoo.com.br |
| Eriene dos Santos Rosa | Presidente da AKC | 5887 62 99628 | paulodeuscoutinho@gmail.com |
| Manuel Edeltrudes Moreira | Presidente da AKMA | 7862 62 99923 | ticomanuelkalunga@yahoo.com.br |
| Wanderleia dos S. Rosa | Presidente da HIPOTECAMPO | 6921 62 99638 | wanderleikalunga@hotmail.com |
| Antônio Avelino Oliveira | Contador da AQK | 2405 | contabilidadeprogresso@uol.com.br |
| Jorge Moreira de Oliveira | Tesoureiro da AQK- Diretor Financeiro do Projeto | 62 99695 6160 62 99130 | aqkalunga@gmail.com |
| Elizon Dias Nunes | Diretor Técnico do Projeto | 7896 62 99801 | elizonnunes@hotmail.com |
| Durval Fernandes Mota | Apoio Técnico | 5757 | dfm.ibgt@gmail.com |

9. Data de preparação do presente documento: meses de maio e junho de 2017 e atualizado no mês de maio 2018.

A. Antecedentes do projeto:

A ASSOCIAÇÃO QUILOMBO KALUNGA – AQK, trata-se de uma organização civil, formada por moradores do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - SHPCK, o maior território de quilombo no Brasil. Esta associação é destinada a promover a defesa dos interesses de todos os Kalungas, sendo os principais objetivos: Promover a integração e o convívio social do povo do quilombo Kalunga como forma de fortalecimento da cultura; promover, incentivar e fomentar o desenvolvimento econômico e social, através do desenvolvimento de atividades agrícolas, pecuária e agro extrativismo; promover o desenvolvimento de atividades para a conservação e preservação do meio ambiente, o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção de empreendimentos ecologicamente corretos; realizar a gestão do território do Sítio Histórico e Patrimônio cultural Kalunga - SHPCK e de recursos, para o desenvolvimento dos empreendimentos associativos dos Kalungas, bem como financiamentos, para objetivos sociais.

Objetivos Específicos do Projeto:

1. Elaborar a caracterização geológica, geomorfológica, pedológica, da cobertura e uso do solo, bem como da aptidão agrícola das terras de modo a subsidiar um melhor aproveitamento das potencialidades do território;
2. Elaborar de forma participativa um Sistema de Informações Geográficas no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga em estações de trabalho dotadas de softwares de geoprocessamento e conexão com os principais banco de dados via internet;
3. Dotar as Associações com Estações de Monitoramento Territorial equipadas com computadores, GPS de navegação, imagens de satélites adquiridas gratuitamente e veículo utilitário 4 x4, para realizar uma gestão mais eficiente do Território, mediante treinamento e capacitação de membros indicados pela comunidade, fortalecendo assim as organizações representativas da comunidade;
4. Identificar os atrativos turísticos e definir os roteiros a serem implantados aumentando o rendimento das famílias, bem como proporcionando maior sustentabilidade ambiental;
5. Conscientizar a população quanto à importância do combate à pesca predatória, o desflorestamento indiscriminado, às queimadas aplicadas no processo de preparo para o plantio ao longo do período de execução do projeto.

Resumo das atividades anteriores de envolvimento das partes interessadas:

A diretoria das Associações tem discutido sobre o projeto e também no grupo de Whatsapp AQK Comunicação tem sido discutido e informado o andamento do projeto e dessas adequações:

1. Sobre o projeto ele foi discutido através do Grupo da AQK, a mais de dois anos atrás (a primeira proposta foi submetida ao CEPF em setembro de 2016) e disponibilizado regularmente nas várias versões para as pessoas do grupo terem acesso, foi também divulgado em outros grupos dos kalungas;

2. Não foram realizadas reuniões, mas discutido regularmente na diretoria da AQK;
3. Indivíduos, grupos e/ou organizações não foram consultadas;
4. Processo realizado para documentar foram usados e-mails, arquivos digitais para documentar tudo que foi feito até aqui.

A Associação Quilombo Kalunga – AQK nos anos de 2015 e 2016 buscando apoio financeiro e técnico para elaborar um Sistema de Informações Geográficas e socioeconômicas que pudesse subsidiar a elaboração do Plano de Gestão Ambiental e Territorial. Chegou a elaborar um projeto Piloto na fazenda Ema e Limoeiro com o apoio de Técnicos do INEAA para apresentar ao Ministério de Desenvolvimento Agrário. A AQK fez gestões junto a Universidade Federal de Goiás para apresentar uma proposta para elaborar o Plano de Gestão Ambiental que foi atendida. A UFG fez a proposta para encaminhar ao MDA, num valor aproximado de R\$2.000.000,00(dois milhões de reais) mas coincidiu que no dia da apresentação houve muita atribulação política e acabou havendo a troca no comando do Governo Federal e o MDA foi extinto.

A AQK ficou sabendo dessa oportunidade do CEPF e procurou o INEAA para elaborar a presente proposta, cujos recursos são suficientes para estruturar o SIG.

B. Implementação participativa:

1. Dia 24 de maio 2018, AQK vai fazer uma grande reunião com a participação do INCRA e do Governo do Estado de Goiás que deve reunir em torno de 1500 pessoas. Haverá pessoas de todas as comunidades com um número relativamente grande de pessoas, próximo de 20% da população total. A ideia é de utilizar esta reunião para explicar o que o projeto seria e como os recursos seriam investidos. Poderíamos fazer três banners: um com os 5 KBAs dentro do Território Kalunga e um com as fotos das 20 espécies em risco e um com o georreferenciamento. O objetivo é de colocar como ponto de pauta e submeter o projeto a votação por aclamação. Faríamos um vídeo e enviaríamos ao CEPF para provar o interesse e a aprovação da população;
2. Após a aprovação final da proposta de projeto a Diretoria da AQK se reunirá com as Diretorias das demais Associações para explicar e nivelar as informações como o projeto será realizado;
3. Na sequência serão realizadas reuniões ampliadas nos Municípios de Cavalcante nas localidades do Engenho II que serão organizadas pela AKCE, no Vão do Moleque, no Vão de Almas que será organizada pela AKC; no município de Teresina de Goiás serão realizadas duas reuniões nas localidades Ema e Ribeirão que serão organizadas pela AKT e por último serão realizadas três reuniões no Município de Monte Alegre organizadas pela AKMA nas regiões do Bom Jardim, Riachão e São Pedro;
4. Nestas reuniões serão explicados como será desenvolvido o projeto e apresentados as pessoas que coletar as informações socioeconômicas e geográficas sobre o uso da terra. Serão explicados também como cada família poderá cooperar com este processo para facilitar os trabalhos;
5. A equipe do RIT será convidada a participar de todas as fases de implementação do projeto;
6. Todas as famílias serão entrevistadas e responderão a um questionário socioeconômico e suas atividades serão georeferenciadas através de GPS de localização.

C. Critérios de elegibilidade das pessoas afetadas:

Todas as pessoas que praticam a pesca predatória serão afetadas, mas não são kalungas. Os pescadores não são também indígenas. Eles são das cidades da Região, do Entorno e do Distrito Federal (Brasília). A pesca não é uma atividade econômica deles, nem para a sua sobrevivência, mas é para o lazer.

O combate a extração de madeira vai afetar os kalungas que se associam com compradores externos a comunidade e os fazendeiros cujas áreas encontram-se em processo de desapropriação.

Com relação as queimadas os kalungas conseguiram um avanço importante pois, em parceria com o IBAMA, constituíram duas brigadas de combate a incêndios florestais que desenvolve suas ações em todo o território kalunga, tem contribuído muito para o processo de conscientização.

D. Medidas de assistência às pessoas afetadas:

Nenhuma das famílias moradoras do SHPCK vive de vender madeira, o cotidiano de sua vida não será alterado. Vamos monitorar essas pessoas para avaliar melhor sua elegibilidade para assistência por meio da coleta das informações socioeconômicas que já estão planejados como parte deste projeto.

Os que vivem da exploração da madeira serão afetados negativamente, mas eles não são elegíveis para assistência porque as atividades deles são ilegais e destrutivas, eles são de fora da comunidade e nem precisam de uma compensação, pois são outras as suas atividades e não para a sua sobrevivência.

No caso dos fazendeiros em processo de desapropriação pretendemos coibi-los através de ações judiciais, mas eles já não vivem de rendas auferidas com as suas terras, tem outras atividades e a maioria vivem em outros Estados.

No caso da pesca predatória ela e praticada por pessoas de fora da comunidade Kalunga, vamos ampliar o controle para impedir a sua pratica. Os pescadores serão afetados negativamente, mas não serão elegíveis para assistência porque essas pessoas não vivem de pescaria, pescam por lazer, como atividade recreativa e usam, quase sempre, métodos predatórios condenados por leis.

A Associação Quilombo Kalunga está realizando um esforço para levar o ecoturismo para todas as localidades do SHPCK, para tanto vem promovendo cursos de guias e condutores para os kalungas e possivelmente em prioridade para essas pessoas afetadas. Ao mesmo tempo também vem crescendo a produção associada a pratica do turismo.

E. Resolução de conflitos e mecanismo de reclamações:

1 – Será criado um Grupo no Whatsapp exclusivo para que as pessoas interessadas neste projeto, quer da comunidade kalunga ou outras partes interessadas dos Municípios ou do Estado, ou mesmo os proprietários terras possam externar as suas opiniões;

2 – Serão divulgados através de banner fixados nas casas Kalunga dos três Municípios, na internet na página da AQK com os endereços de e-mail, telefones dos dirigentes das Associações, da Equipe de Implementação Regional e do Diretor de Subvenção do CEPF

disponibilizando-as ao público, para que possam apresentar as reclamações ao beneficiário que devem ser comunicadas à Equipe de Implementação Regional e ao Diretor de Subvenção do CEPF no prazo de 15 dias, juntamente com uma resposta proposta.

Se após a resposta o reclamante ainda não estiver satisfeito, a reclamação pode ser enviada diretamente ao Diretor Executivo do CEPF através do e-mail dedicado (cepfexecutive@conservation.org) ou pelo correio. Se o reclamante não estiver satisfeito com a resposta da Secretaria do CEPF, a reclamação poderá ser enviada ao escritório local do Banco Mundial.

F. Acordos de Implementação:

Não haverá acordo com os pescadores e nem com os madeireiros predadores, pois eles têm que se subordinar a legislação ambiental, portanto a Associação vai exigir através de uma fiscalização rigorosa que eles respeitem a legislação ambiental. E quando necessário vai entrar com ação judicial contra estas pessoas.

No caso do fogo a AQK e o IBAMA já vem fazendo um intenso trabalho de conscientização e de controle de queimadas.